

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.966 - SP (2019/0229221-7)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : OPTICAS HATAKEYAMA LTDA - MICROEMPRESA  
**AGRAVANTE** : ALACIR DEOLINDO DE MORAIS  
**ADVOGADOS** : DENILSON ALVES DE OLIVEIRA - SP231895  
WAGNER DUCCINI - SP258875  
CAROLINE CUBAS LOPES - SP406730  
**AGRAVADO** : BANCO BRADESCO S/A  
**ADVOGADOS** : CARLOS ALEXANDRE BARBOSA VASCONCELOS - SP101119  
VERA MARINA NEVES DE FARIA VASCONCELOS - SP173936

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PENHORA SOBRE CRÉDITOS. VALORES NÃO DEPOSITADOS EM CONTA DE POUPANÇA. LINHA ARGUMENTATIVA QUE PARTE DE PREMISSAS NÃO ESTABELECIDAS PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA Nº 284 DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

### DECISÃO

As ÓPTICAS HATAKEYAMA LTDA. e ALACIR DEOLINDO DE MORAIS (ÓPTICAS HATAKEYAMA E ALACIR) interpuseram agravo de instrumento contra decisão que, nos autos da execução de título extrajudicial contra eles movida pelo BANCO BRADESCO S.A. (BRADESCO), deferiu a penhora, no rosto dos autos, sobre direitos de crédito do co-executado ALACIR.

O Tribunal paulista negou provimento ao aludido recurso em acórdão assim ementado:

*EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - PRETENSÃO DE REFORMA DA DECISÃO QUE DEFERIU O PEDIDO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS - CRÉDITOS PROVENIENTES DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DO PLANO VERÃO - INTANGIBILIDADE - Trata-se de penhora de crédito do co-agravante Alacir, proveniente dos expurgos inflacionários do Plano Verão, valores que não se encontram depositados em conta poupança do correcorrente, de forma que há inegável desnaturação da conta poupança por se tratar de verba o que perdeu sua natureza alimentar - Decisão mantida. Recurso desprovido (e-STJ, fl. 229).*

# Superior Tribunal de Justiça

Irresignados, ÓPTICAS HATAKEYAMA E ALACIR interpuseram recurso especial, fundado na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando a violação do art. 833, X, do NCPC, sustentando, em síntese, a impenhorabilidade de créditos de poupança.

O apelo especial não foi admitido na origem sob o fundamento de incidência da Súmula nº 284 do STF, tendo em vista a não demonstração da violação ventilada.

ÓPTICAS HATAKEYAMA E ALACIR, então, interpuseram o presente agravo em que refutou o óbice invocado pelo juízo prévio de admissibilidade.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 265/270).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

O Tribunal de origem, ao manter a decisão que determinou a penhora na origem, consignou que

[...]

*Trata-se de penhora de crédito do co-agravante Alacir, proveniente dos expurgos inflacionários do Plano Verão, valores que não se encontram depositados em conta poupança do correcorrente, de forma que há inegável desnaturação da conta poupança por se tratar de verba o que perdeu sua natureza alimentar (e-STJ, fls. 229 - sem destaque no original).*

Nesse contexto, tendo o acórdão afirmado expressamente que os valores penhorados não representam valores constantes de conta de poupança mantida pelos devedores, a pretensão recursal não evidencia nenhuma questão federal a ser dirimida no âmbito desta Corte Superior.

Ao revés, a linha argumentativa desenvolvida pelas ÓPTICAS HATAKEYAMA e pelo ALACIR, ao partir de premissas de fato não reconhecida pelo TJ-SP, se mostra absolutamente incapaz de evidenciar o malferimento da legislação

# *Superior Tribunal de Justiça*

federal invocada, o que atrai a incidência da Súmula nº 284 do STF.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Não tendo havido arbitramento sucumbencial nessa fase processual, inaplicável a majoração dos honorários advocatícios nos termos do art. 85, § 2º c/c § 11 do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.



Ministro MOURA RIBEIRO  
Relator